



Boletim do Judiciário Federal

Sexta-feira, 01 de agosto de 2014

Nº 1231

A única mensagem que o governo entende é Braços Cruzados

Não é preciso ouvir os columnistas adestrados de economia do Jornal da Globo para perceber que os preços de tudo têm subido mais que o salário. Basta ir ao supermercado ou ler os avisos de reajuste dos planos de saúde, da escola dos filhos ou da faculdade, observar o preço dos imóveis encostando nas nuvens, assim como o teatro, os shows e até o ingresso do futebol.

A única coisa que não sobe é o nosso salário. Até mesmo os salários das demais categorias de trabalhadores cujas greves tem se multiplicado nos últimos anos sobem mais que o dos servidores do Judiciário. As greves servem para isso: mostrar a todos que estamos muito insatisfeitos e que alguma coisa tem que ser feita.

Para que isto aconteça, a greve tem que se fazer sentir como acontece cada vez que os ônibus param, ou os bancos, ou as refinarias de petróleo. Greve que não incomoda é greve invisível que não serve para nada.

Claro que os patrões e alguns administradores públicos que assumem esse papel, juntamente com a mídia, fazem de tudo para tentar provar que greves não devem acontecer. Assim aumentam seus lucros pois cada real que deixam de pagar aos trabalhadores

vai para a conta do dono da empresa. No serviço público essa mesma lógica se aplica, pois cada real do orçamento da União que deixa de ser pago aos salários dos servidores também acaba no bolso dos mesmos empresários na forma de empréstimos do BNDES a juros de 4% ao ano, de reajustes em obras públicas depois da licitação, de isenções de impostos à indústria, de juros subsidiados e renegociações de dívidas para o agronegócio.

Enquanto isso o Imposto de Renda dos trabalhadores é descontado dos salários antes mesmo que ele chegue à nossa conta. Temos um subsídio ao contrário pois, ao não reajustar corretamente a tabela do IR a cada ano, o Estado arrecada mais dos trabalhadores para repassar aos empresários. Deu pra entender porque os grandes empresários, incluindo os da mídia, são sempre contra greves?

Então, se você acha que tudo isso é uma grande injustiça, MOSTRE para eles e para o mundo a sua indignação. E não adianta xingar pelo facebook porque só isto não vai aumentar o salário. A única mensagem que patrão, público ou privado, entende é a dos BRAÇOS CRUZADOS.

Por isso pare três horas no dia 7 e venha preparar a greve a partir do dia 14.

Pare dia 7 das 15 às 18h

Assembleia às 16h30 na Justiça Federal

Reunião Ampliada da Fenajufe indica greve para 14 de agosto

A Fenajufe está chamando o conjunto dos servidores do Judiciário Federal para realizarem um forte Dia Nacional de Luta em 7 de agosto, com indicativo de Greve para o dia 14 de agosto, para aprovar a dotação orçamentária do PL 6613/09 com a GAJ a 90%.

Em Brasília haverá Ato em frente ao STF. O Ato integra o calendário de mobilização aprovado na última Reunião Ampliada da Federação, ocorrida em 6 de julho, em defesa da carreira e do reajuste salarial para toda a categoria.

O indicativo de greve para o dia 14 de agosto deve ser levado pelos Sindicatos e debatido pela categoria nos estados. A

avaliação foi de que, apesar dos avanços conquistados até aqui, quanto à proposta salarial alternativa ao PL 6613/09, às ameaças de carreiras exclusivas nos tribunais superiores, e à PEC 59/2013, vai ser necessária uma grande pressão para garantir a aprovação do reajuste para todos.

Assembleias

A Fenajufe orientou que os Sindicatos realizassem rodadas de assembleias entre 17/7 e 8/8, para levar às bases o calendário de mobilização proposto.

O resultado dos debates e assembleias será discutido na próxima Reunião Ampliada, confirmada para 9 de agosto. Foram

eleitos como delegados para representar SC na Reunião os servidores Paulo Roberto Koiniski e Luiz Angelo Daros de Luca e como suplente Sérgio Murilo de Souza.

A luta agora é cobrar a implementação da proposta de reajuste salarial discutida na mesa de negociação instalada pelo STF a pedido da Fenajufe, com participação dos tribunais superiores, conselhos, e da representação da categoria. É cobrada da cúpula do Judiciário, notadamente do futuro presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, a defesa da autonomia do Poder contra as ingerências do governo federal, e seu empenho por efetiva negociação.

Pressão para garantir reajuste no orçamento

Os servidores querem que o presidente do STF busque a imediata abertura de negociação com a presidente Dilma (PT), responsável por cortes anteriores no orçamento do Judiciário, a fim de que estejam garantidos os recursos necessários à implementação do reajuste.

A aprovação do PL 6613, com a redação do substitutivo resultante dos trabalhos da mesa de negociação no STF, está condicionada à existência de dotação orçamentária. Sem que

haja pressão sobre a cúpula do Judiciário e sobre o governo federal, não há nenhuma garantia de que o reajuste possa ser aprovado no Congresso Nacional, já que a maioria dos parlamentares está subordinada às ordens emanadas do Planalto.

Matérias que não tenham aval do governo têm chances ínfimas de aprovação, especialmente no caso das que tenham algum impacto orçamentário. A Reunião Ampliada de 6 de julho decidiu por focar a

mobilização por reajuste, neste momento, na garantia de recursos no orçamento, sem cortes, tendo em vista a previsão de remessa do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) ao Congresso em agosto. Além de obter o compromisso de todos os ramos do Judiciário Federal em incluir os recursos em suas propostas orçamentárias, é determinante evitar cortes pelo Executivo, como ocorrido nos últimos anos.

Facebook: [Sintrajusc](#)

Twitter: [@sintrajusc](#)

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668 - imprensa@sintrajusc.org.br - www.sintrajusc.org.br Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 1.000 exemplares